



Portobello Grupo

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 2017

A PBG S.A. (BM&FBovespa: PTBL3 NM), atual denominação da Portobello S.A., apresenta seus resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Sobre a PBG S.A.

A PBG S.A. é hoje a maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil, com receita bruta anual de R\$ 1,3 bilhões. Suas vendas, acima de 40 milhões de metros quadrados, atendem o mercado interno, por meio da rede de varejo Portobello Shop, *home centers*, incorporadoras e construtoras, além de clientes dos cinco continentes, com as marcas Portobello e Pointer.

DESTAQUES

- **RECEITA BRUTA** no ano acumulada em **R\$ 1.278 milhões**, **semelhante** ao ano anterior;
- **LUCRO BRUTO** de **R\$ 417 milhões** em 2017 e **R\$ 363 milhões** em 2016 - **crescimento de 15%**;
- **MARGEM BRUTA** de **41%** no ano, **superior** a 2016 em 5 p.p.;
- **EBITDA** atinge o *record* anual de **R\$ 189 milhões** em 2017, com margem EBITDA de 18,5%. Crescimento de **64%** e 7 p.p. na margem quando comparado a 2016;
- **LUCRO** líquido de **R\$ 64 milhões**;
- **Redução** do **ENDIVIDAMENTO** líquido no montante de **R\$ 70 milhões**, 15% inferior a 2016, com **redução** significativa da **relação Dívida Líquida/EBITDA** de 4,03x (em 2016) para **2,09x** (em 2017);
- Ação **PTBL3** encerra o ano a **R\$ 5,49** (R\$ 2,03 em 2016), **valorização de 170%** na cotação da ação e **288% no volume** financeiro médio de negociações nos últimos 12 meses.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia encerra 2017 com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho

adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico.

As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor.

A Companhia focou sua estratégia comercial em um *mix* de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

A Portobello Shop mantém seu plano de ampliação da área de exposição e seu papel de protagonismo no crescimento da Companhia. A rede conta com 142 unidades, sendo 11 próprias. As lojas próprias mantêm seu papel de laboratório de franquia e em 2017 avançaram no processo de amadurecimento e melhora da lucratividade.

Com foco em inovação e design, a Companhia lançou em 2017 seu novo portfólio de produtos Oficina, exclusivo para a rede Portobello Shop. Os itens Oficina trazem soluções únicas na arte da porcelanateria, através da combinação de maestria artesanal e tecnologia de ponta para cortes especiais, objetos de design, mobiliário e bancadas. Com um viés funcional, de alta qualidade e design assinado por referências nacionais, os itens Oficina traduzem a essência Portobello de alta performance técnica e estética em diversas aplicações.

Na marca Pointer, são mantidos os planos de melhora das margens brutas e adequação fabril. O mercado no Nordeste passa por um processo de estabilização e recuperação significativamente mais lenta. Por este motivo, a capacidade produtiva da planta de Alagoas foi adequada para atender a perspectiva de demanda menor no médio prazo e não comprometer o capital de giro da unidade.

Em Tijucas, os custos fabris apresentaram redução devido às iniciativas de atualização, otimização contínua da estrutura e insumos. A planta foi revocacionada para produção de itens com maior valor agregado (porcelanato esmaltado). A fábrica também apresenta maior flexibilidade e mantém o foco em qualidade. Ao longo de 2017 foi utilizada 100% da sua capacidade produtiva.

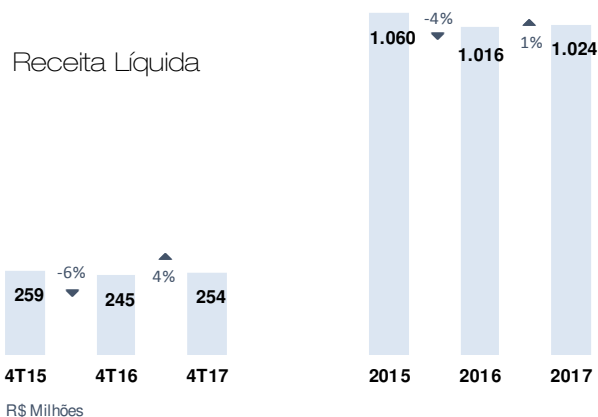
A redução da dívida e aumento do EBITDA colaboraram para uma alavancagem financeira menos onerosa. A relação dívida/EBITDA foi reduzida para 2,09 vezes, a menor nos últimos 36 meses.

O resultado positivo do ano está em linha com as expectativas da Administração. O bom desempenho das margens, associado à adequação de despesas, demonstram a confiança da Companhia em sua estratégia, modelo de negócio, gestão e diferenciais competitivos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	R\$ mil	4T15	4T16	4T17	▲%	2015	2016	2017	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	332.548	312.765	316.868	1%	1.345.015	1.301.050	1.277.945	-2%
	Receita líquida	259.482	245.148	254.163	4%	1.060.395	1.016.400	1.023.937	1%
	Lucro bruto	95.837	88.134	99.973	13%	396.202	363.202	417.020	15%
	<i>Margem bruta</i>	36,9%	36,0%	39,3%	3,3 p.p.	37,4%	35,7%	40,7%	5 p.p.
	EBIT	28.528	13.185	31.412	138%	134.405	75.808	149.006	97%
	<i>Margem EBIT</i>	11,0%	5,4%	12,4%	7 p.p.	12,7%	7,5%	14,6%	7,1 p.p.
	Resultado financeiro	(15.909)	(12.386)	(26.563)	114%	(58.024)	(81.695)	(68.014)	-17%
	Lucro líquido	12.340	5.243	4.829	-8%	52.673	2.142	64.170	
	<i>Margem líquida</i>	4,8%	2,1%	1,9%	-0,2 p.p.	5,0%	0,2%	6,3%	6,1 p.p.
	EBITDA	37.695	23.528	41.795	78%	166.769	115.312	189.017	64%
<i>Margem EBITDA</i>	14,5%	9,6%	16,4%	6,8 p.p.	15,7%	11,3%	18,5%	7,1 p.p.	
INDICADORES	Liquidez corrente					1,46	1,31	1,26	(0,05)
	Dívida líquida					501.654	464.241	394.367	-15%
	Dívida líquida/EBITDA					3,01	4,03	2,09	(1,94)
	Dívida líquida/PL					2,16	1,95	1,38	(0,56)
PTBL3	Cotação fechamento					2,06	2,03	5,49	170%
	Valor de mercado					326.486	321.732	870.102	

Receita Líquida



A receita líquida consolidada totalizou R\$ 1.024 milhões em 2017, mantendo um desempenho praticamente igual ao mesmo período do ano anteriores.

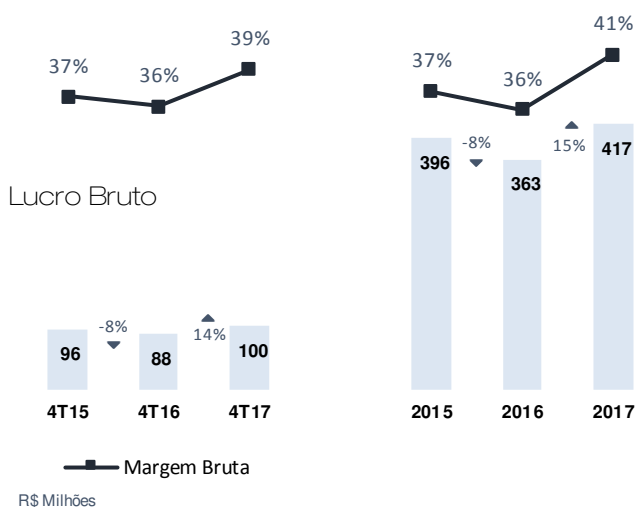
A receita líquida do mercado interno representou 82% do total e caiu 3% em relação a 2016. A redução acompanha a retração do mercado. De acordo com a ABRAMAT, o mercado interno de materiais de acabamento em 2017 apresentou redução de 4,0% (deflacionado) no faturamento bruto.

No mercado externo, as vendas cresceram 21% em relação a 2016. As exportações em 2017 alcançaram US\$ 57 milhões, cerca de 32% maior do que o ano anterior.

	4T15	4T16	4T17	▲%	2015	2016	2017	▲%
Receita líquida	259.482	245.148	254.163	4%	1.060.395	1.016.400	1.023.937	1%
Mercado Interno	218.359	210.328	209.909	0%	912.806	864.858	840.999	-3%
Mercado Externo	41.123	34.820	44.254	27%	147.589	151.542	182.938	21%

Lucro Bruto

O lucro bruto em 2017 totalizou R\$ 417 milhões, apresentando crescimento de 15% em relação a 2016. A margem bruta apresentou ganho de 5 p.p, devido a um mix de venda com produtos de maior lucratividade e redução de custos.



Resultado Operacional

As despesas com vendas totalizaram R\$ 247 milhões em 2017, sendo praticamente iguais a 2016. O que é reflexo principalmente do aumento na eficiência dos gastos com operadores logísticos e adequação da sua capacidade de operação. As despesas com fretes e estrutura logística representam 16% das despesas comerciais. A estrutura de distribuição mais eficaz é um diferencial importante para o posicionamento da empresa no mercado via melhora na qualidade do serviço.

Em relação à receita líquida, as despesas com vendas representaram 24% em 2017 (25% em 2016), semelhante ao desempenho do ano anterior. A Companhia entende que este patamar é adequado para suportar sua operação atualmente.

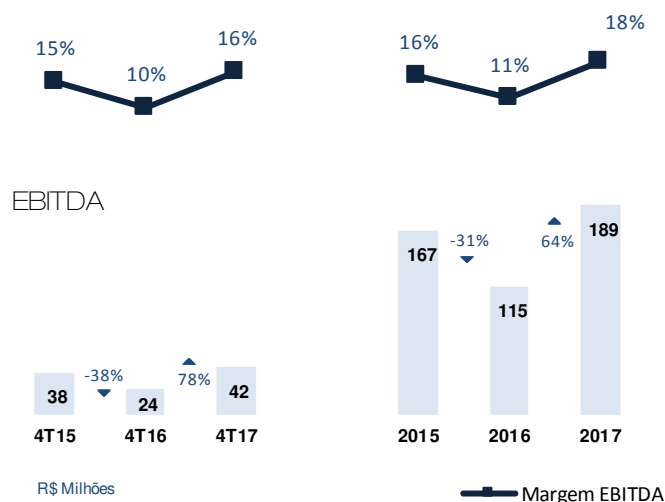
	4T15	4T16	%RL	4T17	%RL	▲%	2015	2016	%RL	2017	%RL	▲%
Despesas operacionais	(67.309)	(74.949)	31%	(68.561)	27%	-9%	(261.797)	(287.394)	28%	(268.014)	26%	-7%
Vendas	(62.681)	(66.365)	27%	(63.023)	25%	-5%	(214.205)	(250.744)	25%	(246.510)	24%	-2%
Gerais e administrativas	(9.057)	(9.972)	4%	(11.023)	4%	11%	(34.568)	(37.155)	4%	(35.877)	4%	-3%
Outras receitas (despesas)	4.429	1.388	-1%	5.485	-2%		(13.024)	505	0%	14.373	-1%	

As despesas administrativas totalizaram R\$ 35,9 milhões em 2017, 3% menores do que em 2016, sobretudo pela adequação da estrutura para a operação Pointer/Alagoas e revisão da estrutura de gastos realizada no final de 2016. Em relação à receita líquida, elas mantiveram o índice de 4% quando comparado 2016.

As outras receitas operacionais somam R\$ 14 milhões e decorrem de créditos tributários extemporâneos e decisões judiciais favoráveis reconhecidas ao longo deste ano.

EBITDA

A Companhia encerra o ano com EBITDA anual *record* de R\$ 189 milhões, o que representa um crescimento de 58%. A margem EBITDA passou de 11% em 2016 para 18,5% em 2017, que demonstra o restabelecimento da lucratividade e maturidade que os novos negócios estão alcançando.



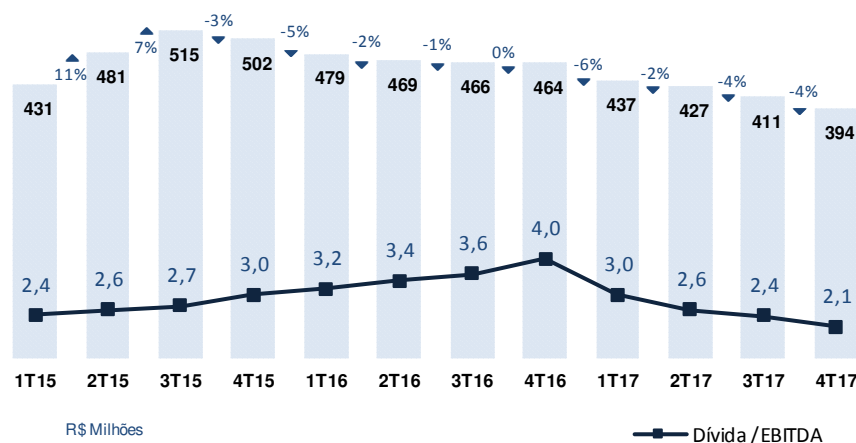
	4T15	4T16	4T17	%RL	▲%	2015	2016	2017	%RL	▲%
Lucro líquido	12.340	5.243	4.829	2%	-8%	52.673	2.142	64.170	6%	
(+) Resultado financeiro	15.909	12.386	26.563	10%	114%	58.024	81.695	68.014	7%	-17%
(+) Depreciação e amortização	9.167	10.343	10.383	4%	0%	32.364	39.504	40.011	4%	1%
(+) Impostos sobre lucro	279	(4.444)	20	0%		23.708	(8.029)	16.822	2%	
EBITDA	37.695	23.528	41.795	16%	78%	166.769	115.312	189.017	18%	64%

Lucro Líquido

O ano foi encerrado com lucro de R\$ 64 milhões, alcançando lucro superior à 2015. O desempenho é reflexo do resultado operacional maior, busca diligente pela redução de despesas, ganhos judiciais e redução das despesas financeiras (cambio, taxa de juros menor e endividamento menores).

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

Dívida Líquida



O endividamento líquido da Companhia reduziu para R\$ 394 milhões ao fim de 2017. Se comparado ao pico percebido no 3T15, houve a diminuição de R\$ 121 milhões, cerca de 23%.

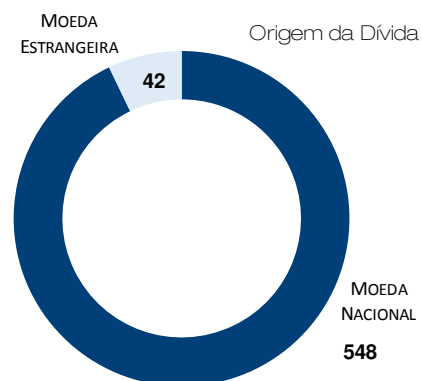
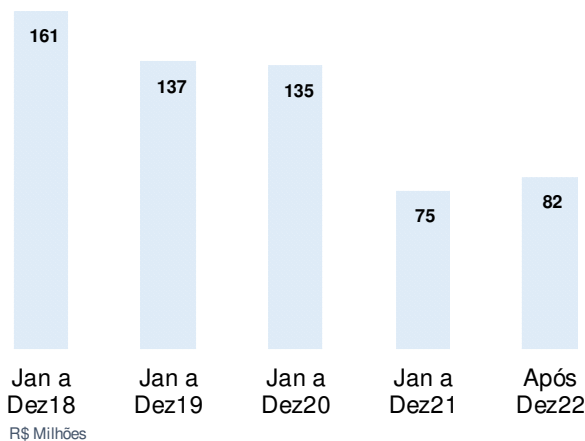
O endividamento líquido equivale a 2,09X o EBITDA do ano e a 1,4X o patrimônio líquido. No último trimestre de 2017 foi alcançada a menor relação dívida/EBITDA dos últimos 36 meses.

As cláusulas mínimas de “covenants” de todos os contratos de financiamento vigentes estão sendo cumpridas.

	2015	2016	2017	▲ R\$
Endividamento Bancário	697.728	586.661	513.561	(73.100)
Endividamento Tributário	82.495	79.199	76.774	(2.425)
(=) Endividamento bruto	780.223	665.860	590.335	(75.525)
(+) Disponibilidades	(193.968)	(112.196)	(101.317)	10.879
(+) Créditos partes relacionadas	(84.601)	(89.423)	(94.651)	(5.228)
(=) Endividamento líquido	501.654	464.241	394.367	(69.874)
EBITDA (últimos 12 meses)	166.769	115.312	189.017	73.705
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>3,01</i>	<i>4,03</i>	<i>2,09</i>	
<i>Dívida líquida / PL</i>	<i>2,16</i>	<i>1,95</i>	<i>1,38</i>	

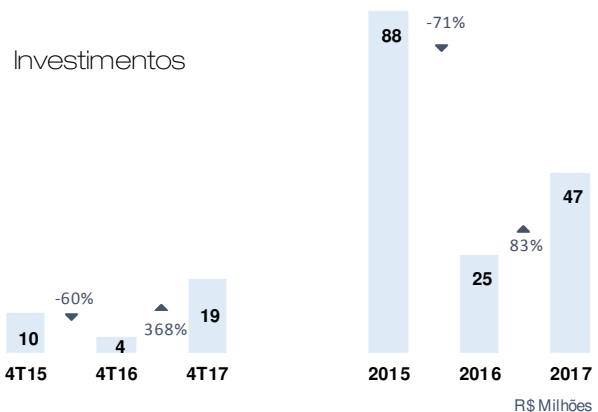
O saldo do endividamento bruto está dividido em 27% com vencimento no curto prazo e 73% no longo prazo. A Companhia está trabalhando no alongamento do perfil da dívida.

Cronograma de Amortização
(endividamento bruto)



INVESTIMENTOS

No segundo semestre de 2017 houve a retomada dos investimentos orgânicos e o ano encerrou com R\$ 47 milhões. Deste montante, R\$ 29 milhões (60%) correspondem à preparação e atualização do parque fabril em Tijucas para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores. Os demais investimentos foram destinados a lojas próprias (16%), adequações no parque fabril Alagoas (7%) e sistemas (4%).

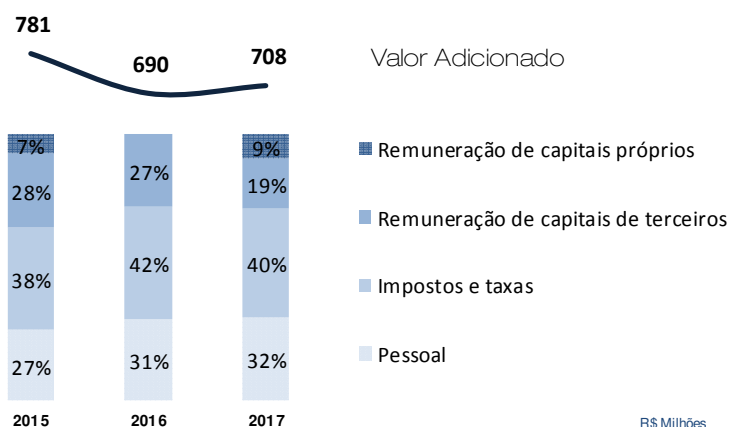


REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

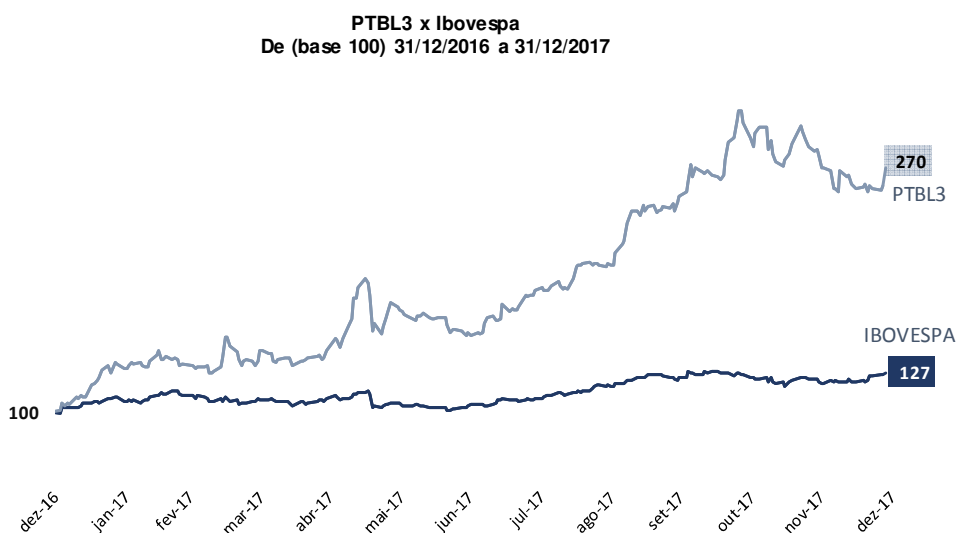
A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 50% no montante de R\$ 30.464. Destes, R\$ 9.615 já foram antecipados sob a forma de juros sobre capital próprio em 18 de agosto. O montante a pagar será de R\$ 20.850, cuja aprovação, forma de pagamento e data de pagamento serão deliberados na Assembleia Geral Ordinária. Assim, a remuneração total a ser distribuída aos acionistas referente ao exercício de 2017 representará um *dividend yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,50%.

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado em 2017 totalizou R\$ 708 milhões (R\$ 690 milhões em 2016). Deste montante, 40% foi destinado a tributos, 32% para remuneração do trabalho (pessoal), 19% para remuneração de terceiros e 9% retido como lucro do período.



DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3



As ações ordinárias emitidas pela PBG S.A., negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de dezembro de 2017 cotadas a R\$ 5,49, valorização de 170% nos últimos 12 meses, sendo que no mesmo período o Ibovespa cresceu 27%.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 46 milhões, apresentando um aumento de 288% frente aos R\$ 12 milhões do ano anterior. Ao final de 2017, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 870 milhões (R\$ 426 milhões em setembro de 2016).

PERSPECTIVAS

- A Companhia continua confiante que o mercado em 2018 deve manter a melhora gradual percebida ao longo de 2017;
- O varejo deve permanecer como pilar de crescimento do setor, juntamente com a exportação. Já o mercado da construção deve apresentar o início de retomada neste ano, que deve refletir de forma mais clara na indústria de acabamentos no início de 2019. Desta forma, o próximo ano deste segmento ainda deve permanecer desafiador para a Engenharia;
- Os esforços no mercado externo estão concentrados em ampliar as exportações e internacionalizar a Companhia, a fim de criar uma estrutura mais robusta para reduzir a dependência do mercado interno;
- Internamente, o foco será mantido na qualificação do *mix* de vendas, buscando ganho de margem;
- A fábrica de Alagoas e a marca Pointer continuam no plano de adequação ao contexto do mercado atual e busca pelo equilíbrio econômico;
- A Companhia retoma o ritmo de investimento para 2018. Nas plantas fabris de Tijucas e Alagoas o foco é a qualificação da produção. Em lojas próprias, os investimentos estão divididos na ampliação das unidades atuais e criação de novas. A estrutura de distribuição também será foco dos investimentos, tanto no âmbito doméstico (para ambas as marcas), quanto internacional;
- Desta forma os esforços traduzem-se na ampliação e aprimoramento dos diferenciais competitivos do negócio Portobello Shop, com novas lojas próprias, distribuição e Oficina;
- A Administração continuará concentrada na redução da relação dívida/EBITDA. As ações estão voltadas para disciplina na gestão de caixa, diminuição do capital de giro, preservação da liquidez e redução dos custos financeiros;
- A Companhia continua confiante nos seus diferenciais competitivos e reafirma seus esforços pela melhora do resultado.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o exercício de 2017, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Roberto Alves de Souza Waddington	Conselheiro (Independente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côrte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor Corporativo

TELECONFERÊNCIA COM WEBCAST

Quarta-feira, 28 de fevereiro de 2018 às 10h será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao ano de 2017.

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3193-1001

Senha: PORTOBELLO

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizada a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia (www.ri.portobello.com.br/).

Balanco Patrimonial

Ativo	31-dez-17	31-dez-16	Passivo	31-dez-17	31-dez-16
Circulante	522.623	535.369	Circulante	414.310	409.155
Disponibilidades	94.379	105.745	Empréstimos/Debêntures	146.402	197.004
Contas a Receber	218.412	215.379	Fornecedores e Cessão de Crédito	149.696	124.451
Estoques	179.323	185.880	Impostos e Contribuições Sociais	31.157	25.188
Impostos a Recuperar	15.922	19.079	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.330	27.155
Despesas antecipadas	1.720	1.995	Adiantamentos de Clientes	12.615	17.977
Outros	12.867	7.291	Dividendos a pagar	6.035	915
			Outros	37.075	16.465
Não Circulante	729.385	701.991	Não Circulante	552.638	589.746
Realizável a Longo Prazo	268.926	247.847	Empréstimos/Debêntures	367.159	389.657
Depósitos Judiciais	93.501	81.742	Fornecedores	78.496	68.990
Impostos a Recuperar	6.407	6.124	IR e CSLL Diferidos	14.186	3.250
Ativo Judicial	45.969	26.735	Parcelamento Obrigações Tributárias	62.648	69.342
Créditos Partes Relacionadas	94.651	89.423	Provisões	30.149	58.507
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	32.208			
Outros Ativos Não Circulante	15.577	11.615			
			Patrimônio Líquido	285.060	238.459
Investimentos	298	243	Capital Social	130.000	119.565
Imobilizado	440.595	433.348	Reservas de Lucro	143.988	121.129
Intangível	19.566	20.553	Outros Resultados Abrangentes	(4.172)	(2.246)
			Lucros Acumulados	15.232	-
			Part Acionistas Não Controladores	12	11
Total do Ativo	1.252.008	1.237.360	Total do Passivo	1.252.008	1.237.360

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800, Fax +55 (47) 3205-7815
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
PBG S.A.
Tijucas - Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PBG S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBG S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PBG S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões, passivos e ativos contingentes	
Consulte a notas explicativas 3.15, 13, 15, 16, 23, e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária, cível e trabalhista. Esse assunto exige da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao valor e a probabilidade de desembolso financeiro, e divulgação dos valores envolvidos. Em função da complexidade dos assuntos e, em especial, do ambiente tributário no Brasil, mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente os montantes reconhecidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração das provisões, passivos e ativos contingentes, incluindo a avaliação dos julgamentos mais significativos exercidos pela Companhia. Analisamos também as provisões reconhecidas e os valores de passivos e ativos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração pareceres e/ou opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e/ou externos da Companhia, bem como a obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e

	<p>classificação de riscos envolvendo os casos mais significativos, bem como a comparação com jurisprudência existente.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados.</p> <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que é aceitável o valor das provisões, passivos e ativos contingentes e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
--	--

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, como base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PBG S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas, bem como o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes. Foram examinadas também as demonstrações consolidadas. Após os exames e os esclarecimentos da Administração, o Conselho Fiscal, levando também em conta o parecer dos auditores KPMG Auditores Independentes, emitido em fevereiro de 2018 sem ressalvas, e de parecer que, em seus principais aspectos, as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da PBG S.A. e o resultado de suas operações, estando em condições de serem submetidas á apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. Adicionalmente, foram analisadas as propostas da administração relativas à modificação do capital social, orçamentos de capital, a retenção de lucros e a distribuição de dividendos, as quais também estão em condições de serem submetidas a apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Tijucas, 23 de fevereiro de 2018.

Jorge Muller

Maro Marcos Hadlich Filho

Peter Edward Mr Wilson

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31.12.2017; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeira0 da Companhia do exercício findo em 31.12.2017.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 23 de fevereiro de 2018.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	78.756	100.085	94.379	105.745	Fornecedores	20 a	112.413	98.557	114.569	102.929
Contas a receber de clientes	8	203.703	202.658	218.412	215.379	Cessão com crédito fornecedores	20 b	35.127	21.522	35.127	21.522
Estoques	9	179.166	185.605	179.323	185.880	Empréstimos e financiamentos	21	146.402	197.004	146.402	197.004
Adiantamentos a fornecedores		4.594	3.025	5.136	2.637	Empréstimos e financiamentos		98.678	171.249	98.678	171.249
Tributos a Recuperar	10	14.496	16.943	15.922	19.079	Debêntures		47.724	25.755	47.724	25.755
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14 a	4.034	4.330	4.050	5.017	Parcelamento de obrigações tributárias	22	14.033	9.788	14.126	9.857
Demais tributos a recuperar	10	10.462	12.613	11.872	14.062	Impostos, taxas e contribuições	24	14.430	14.139	15.273	15.020
Dividendos a receber	17 a	32.529	15.893	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14 a	-	-	1.758	311
Despesas antecipadas		1.699	1.693	1.720	1.995	Dividendos a pagar	35	6.002	879	6.035	915
Outros		5.680	3.873	7.731	4.654	Adiantamentos de clientes		10.959	12.699	12.615	17.977
						Obrigações sociais e trabalhistas		27.879	24.382	31.330	27.155
						Provisão para participação nos lucros		4.289	-	4.289	-
						Contas a pagar de investimentos	20 c	19.049	-	19.049	-
						Outros		12.541	16.360	13.737	16.465
Total ativo circulante		520.623	529.775	522.623	535.369	Total passivo circulante		403.124	395.330	414.310	409.155
Não circulante						Não circulante					
Créditos com controladas	39	67.861	69.050	-	-	Fornecedores	20 a	78.496	68.990	78.496	68.990
Créditos com outras pessoas ligadas	11	94.651	89.423	94.651	89.423	Empréstimos e financiamentos	21	365.982	388.468	367.159	389.657
Depósitos judiciais	12	93.470	81.693	93.501	81.742	Empréstimos e financiamentos		238.003	214.424	239.180	215.613
Recebíveis da Eletrobrás	13	12.821	32.208	12.821	32.208	Debêntures		127.979	174.044	127.979	174.044
Tributos a recuperar	10	6.407	6.124	6.407	6.124	Provisões para contingências	25	28.183	51.004	28.214	51.195
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 b	-	-	522	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 b	14.186	7.603	14.186	3.250
Ativos judiciais	15	45.969	26.735	45.969	26.735	Parcelamento de obrigações tributárias	22	62.226	68.874	62.648	69.342
Adiantamento futuro aumento de capital	17 b	-	13.976	-	-	Provisão perdas em investimentos	17 a	67.717	74.515	-	-
Ativo atuarial	27	5.758	4.369	5.758	4.369	Provisão para incentivo de longo prazo	28	1.935	7.312	1.935	7.312
Aplicações financeiras vinculadas	21	6.938	6.451	6.938	6.451						
Outros		2.358	795	2.359	795	Total passivo não circulante		618.725	666.766	552.638	589.746
		336.233	330.824	268.926	247.847	Patrimônio líquido	29				
Investimentos						Capital social realizado		130.000	119.565	130.000	119.565
Participação em controladas	17 a	9.131	1.454	-	-	Reservas de lucros		143.988	121.129	143.988	121.129
Outros investimentos		298	242	298	243	Ajuste de avaliação patrimonial		(4.172)	(2.246)	(4.172)	(2.246)
Imobilizado	18	431.122	425.256	440.595	433.348	Dividendos adicionais propostos	35	15.232	-	15.232	-
Intangível	19	9.490	12.993	19.566	20.553						
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.306.897	1.300.544	1.252.008	1.237.360
		450.041	439.945	460.459	454.144	Participação dos não controladores		-	-	12	11
Total ativo não circulante		786.274	770.769	729.385	701.991			285.048	238.448	285.060	238.459
Total do ativo		1.306.897	1.300.544	1.252.008	1.237.360			1.306.897	1.300.544	1.252.008	1.237.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita líquida de venda	30	929.818	926.076	1.023.937	1.016.400
Custo dos produtos vendidos	31	(603.886)	(649.256)	(606.917)	(653.198)
Lucro operacional bruto		325.932	276.820	417.020	363.202
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	31	(204.156)	(202.719)	(246.510)	(250.744)
Gerais e administrativas	31	(35.251)	(29.839)	(35.877)	(37.155)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	13.982	2.579	14.373	505
Resultado de equivalência patrimonial	17 a	38.023	22.541	-	-
		<u>(187.402)</u>	<u>(207.438)</u>	<u>(268.014)</u>	<u>(287.394)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		138.530	69.382	149.006	75.808
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		24.185	30.335	24.892	31.093
Despesas financeiras		(91.976)	(114.811)	(92.896)	(116.868)
Variação cambial líquida		(20)	4.307	(10)	4.080
		<u>(67.811)</u>	<u>(80.169)</u>	<u>(68.014)</u>	<u>(81.695)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		70.719	(10.787)	80.992	(5.887)
Imposto de renda e contribuição social	14				
Corrente		-	-	(10.239)	(9.236)
Diferido		(6.583)	12.912	(6.583)	17.265
		<u>(6.583)</u>	<u>12.912</u>	<u>(16.822)</u>	<u>8.029</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período		64.136	2.125	64.170	2.142
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		64.136	2.125	64.136	2.125
Participação dos não controladores		-	-	34	17
				<u>34</u>	<u>17</u>
Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço				<u>158.489</u>	<u>158.489</u>
Lucro básico e diluído do período por ação - R\$	34			<u>0,40</u>	<u>0,01</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado líquido do período		64.136	2.125	64.170	2.142
Outros componentes do resultado abrangente		(742)	5.864	(742)	5.864
Ganho (perda) atuarial	27	261	(7.327)	261	(7.327)
Variação cambial de controlada localizadas no exterior	17 a	(1.003)	13.191	(1.003)	13.191
Total do resultado abrangente do período		63.394	7.989	63.428	8.006
Resultado abrangente do período atribuível a					
Acionistas da Companhia		63.394	7.989	63.394	7.989
Participação dos não controladores		-	-	34	17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros (prejuízos) acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a destinar	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes				
Controladora e Consolidado												
Em 31 de dezembro de 2015	99.565	15.113	86.070	38.010	-	38.258	(41.710)	(3.460)	-	231.846	10	231.856
Destinações após AGO 2016 - Aumento de capital	20.000	-	-	(20.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações após AGO 2016 - Constituição de reserva	-	-	17.127	(17.127)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(1.198)	-	-	1.198	-	-	-
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(7.326)	-	(7.326)	-	(7.326)
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	13.190	-	-	13.190	-	13.190
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.125	2.125	16	2.141
Constituição de reserva legal (5%)	-	106	-	-	-	-	-	-	(106)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(504)	(504)	(15)	(519)
Proposta de destinação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(883)	-	-	-	-	-	(883)	-	(883)
Constituição de reserva de lucros a destinar	-	-	-	2.713	-	-	-	-	(2.713)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	119.565	15.219	103.197	2.713	-	37.060	(28.520)	(10.786)	-	238.448	11	238.459
Em 31 de dezembro de 2016	119.565	15.219	103.197	2.713	-	37.060	(28.520)	(10.786)	-	238.448	11	238.459
Destinações após AGO 2017 - Aumento de capital	29.1	10.435	-	(10.435)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações após AGO 2017 - Constituição de reserva	-	-	(7.797)	7.797	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	29.3	-	-	-	-	(1.184)	-	-	1.184	-	-	-
Ganho (perda) atuarial	27.1	-	-	-	-	-	-	261	-	261	-	261
Varição cambial de controlada localizada no exterior	17.a	-	-	-	-	-	(1.003)	-	-	(1.003)	-	(1.003)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	64.136	64.136	34	64.170
Constituição de reserva legal (5%)	35	-	3.207	-	-	-	-	-	(3.207)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	35	-	-	-	-	-	-	-	(5.618)	(5.618)	(33)	(5.651)
Juros sobre capital próprio	35	-	-	(75)	-	-	-	-	(11.101)	(11.176)	-	(11.176)
Proposta de destinação de dividendos adicionais	35	-	-	-	15.232	-	-	-	(15.232)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a destinar	-	-	-	30.162	-	-	-	-	(30.162)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	130.000	18.426	95.400	30.162	15.232	35.876	(29.523)	(10.525)	-	285.048	12	285.060

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas		1.190.896	1.189.260	1.294.470	1.283.902
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.146.609	1.162.983	1.258.421	1.272.537
Outras receitas		41.904	26.787	33.666	11.875
Reversão (provisão) para crédito liquidação duvidosa	8	464	(1.768)	464	(1.768)
Receitas relativas a construção de ativos próprios		1.919	1.258	1.919	1.258
Insumos adquiridos de terceiros		(584.180)	(618.670)	(597.446)	(643.179)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos		(401.452)	(451.238)	(403.318)	(454.126)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(183.452)	(169.961)	(194.563)	(191.582)
Perda/Recuperação de Valores Ativos		724	2.529	435	2.529
Valor adicionado bruto		606.716	570.590	697.024	640.723
Retenções		(36.841)	(36.882)	(40.011)	(39.504)
Depreciação e amortização	18 e 19	(36.841)	(36.882)	(40.011)	(39.504)
Valor adicionado líquido produzido		569.875	533.708	657.013	601.219
Valor adicionado recebido em transferência		88.755	110.310	51.449	88.478
Resultado de equivalência patrimonial	17 a	38.023	22.541	-	-
Receitas financeiras		50.732	87.769	51.449	88.478
Valor adicionado total a distribuir		658.630	644.018	708.462	689.697
Distribuição do valor adicionado		658.630	644.018	708.462	689.697
Pessoal		201.293	197.069	223.762	216.343
Remuneração direta		169.899	163.025	189.505	179.619
Benefícios		19.910	21.143	21.288	22.293
FGTS		11.484	12.901	12.969	14.431
Impostos, taxas e contribuições		263.507	265.673	286.304	286.525
Federais		115.267	113.252	137.638	133.542
Estaduais		147.542	151.804	147.925	152.263
Municipais		698	617	741	720
Remuneração de capitais de terceiros		129.694	179.151	134.226	184.687
Juros		118.541	167.938	119.485	170.194
Aluguéis		11.153	11.213	14.741	14.493
Remuneração de capitais próprios		64.136	2.125	64.170	2.142
Juros sobre o capital próprio		11.101	-	11.101	-
Dividendos		5.618	504	5.618	504
Dividendos adicionais propostos		15.232	-	15.232	-
Lucros retidos		32.185	1.621	32.185	1.621
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	34	17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa líquido das atividades operacionais		67.386	105.348	102.736	138.942
Caixa gerado nas operações		94.186	75.425	145.122	105.164
Resultado do período antes dos tributos		70.719	(10.787)	80.992	(5.887)
Depreciação e amortização	18a e 19b	36.841	36.882	40.011	39.504
Equivalência patrimonial	17a	(38.023)	(22.541)	-	-
Variação cambial não realizada		7.672	(9.091)	7.670	(9.120)
Variação cambial não realizada de empréstimo	21d	8.673	(22.311)	8.673	(22.311)
Variação cambial não realizada PBA		(1.001)	13.220	(1.003)	13.191
Provisão de estoque a valor de mercado	9	(2.453)	3.327	(2.453)	3.327
Provisão para devedores duvidosos	8a	(464)	1.768	(464)	1.768
Provisão para contingências	25	(18.609)	12.220	(18.769)	12.309
Provisões de obrigações trabalhistas		(1.997)	510	(2.233)	744
Provisão para participação nos lucros e incentivo de longo prazo		(1.088)	(5.262)	(1.088)	(6.552)
Outras provisões		(4.356)	(7.322)	(4.356)	(7.099)
Empréstimo compulsório Eletrobrás	13	19.387	16.413	19.387	16.413
Atualizações Ativos tributários	15	(19.234)	(4.017)	(19.234)	(4.017)
Atualizações Créditos com outras pessoas ligadas	11	(5.228)	(4.822)	(5.228)	(4.822)
Atualizações Encargos financeiros com tributos parcelados		4.903	6.405	4.546	6.448
Juros provisionados de empréstimos	21d	51.577	61.628	51.588	61.653
Outros		(5.461)	114	(5.247)	495
Variações nos ativos e passivos		24.861	94.730	17.313	105.031
Contas a receber	8	(581)	(28.331)	(2.569)	(8.522)
Adiantamento de clientes		(1.740)	(1.033)	(5.362)	2.676
Estoque	9	8.892	16.156	9.010	16.084
Depósitos judiciais	12	(11.777)	(21.794)	(11.759)	(21.818)
Tributos a recuperar	10	1.868	6.929	1.907	7.046
Aplicação financeira vinculadas		(487)	99.853	(487)	99.853
Outros ativos		(3.376)	5.307	(4.366)	6.346
Contas a pagar		36.967	13.155	34.751	2.840
Adiantamento a fornecedores		(1.569)	(229)	(2.499)	(584)
Provisão para contingências	25	(4.212)	(2.291)	(4.212)	(2.304)
Parcelamentos	22	(7.306)	(9.680)	(6.971)	(9.744)
Obrigações fiscais e trabalhistas		6.081	1.462	6.874	(1.530)
Outras contas a pagar		2.101	15.226	2.996	14.688
Outros		(51.661)	(64.807)	(59.699)	(71.253)
Juros pagos	21d	(51.661)	(64.807)	(51.661)	(64.807)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(8.038)	(6.446)
Caixa líquido das atividades de investimento		(2.173)	8.749	(27.534)	(25.142)
Aquisição do ativo imobilizado	18 e 40	(18.336)	(20.310)	(25.511)	(23.276)
Aquisição do ativo intangível	19b	(1.863)	(1.076)	(1.968)	(1.821)
Dividendos recebidos	17a	15.892	14.851	-	-
Recebimento de créditos com partes relacionadas		2.190	1.993	-	-
Recebimento na venda de ativo permanente		(56)	(44)	(55)	(45)
Integralização de capital em controladas		-	(10)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.345	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(86.542)	(95.773)	(86.568)	(95.719)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	21d	117.804	109.415	117.804	109.469
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21d	(194.237)	(197.034)	(194.260)	(197.034)
Dividendos pagos	35	(10.109)	(8.154)	(10.112)	(8.154)
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		(21.329)	18.324	(11.366)	18.081
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		100.085	81.761	105.745	87.664
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		78.756	100.085	94.379	105.745

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 04 de agosto de 2017, e que detém em 31 de dezembro de 2017, 54% das ações da sociedade. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra onze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída no nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido no IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência patrimonial negativa, de acordo com o BR GAAP, é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em *dual compliance*.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido nas demonstrações financeiras como ativo do plano, acrescido de perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota explicativa nº 3.17.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

e) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 é: Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do

final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, “caixa e equivalentes de caixa”, “créditos com outras pessoas ligadas”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

b) Mensurado ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

i) Aplicações financeiras e derivativos

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.5 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

3.12 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.15 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.17 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz

contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa nº 28). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.18 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa n° 29.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.21 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.22 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.23 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 01 de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas **não** tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo no período de adoção inicial.

a) Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15

O CPC 47 / IFRS 15 que se refere a Receita de contrato com cliente que introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia e suas controladas são obrigadas a adotar a partir de 1º de janeiro de 2018. Baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1 de janeiro de 2018.

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

b) Impacto estimado da adoção do CPC 48/ IFRS 9

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: Mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Administração considera que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos e passivos.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

A Administração entende que o seu modelo atual para avaliação de impairment de ativos financeiros e ativos contratuais, mesmo que eventualmente leve em consideração aspectos diferentes ao do modelo proposto pelo CPC 48 / IFRS 9, é adequado para refletir perdas esperadas na realização dos seus ativos.

Dessa forma, baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1 de janeiro de 2018.

(ii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

– o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e

– o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Administração não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Administração não indicou impacto relevante na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

c) Normas vigentes a partir de 1º janeiro de 2019

(i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está realizando uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação dessa norma e espera divulgar informações adicionais antes da adoção efetiva.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 27.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme descrito na nota explicativa nº 11.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial

provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 21a). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa nº 26b).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	52.785	43.969	52.785	43.969
Conta corrente	3.806	1.186	3.806	1.186
Créditos com controladas	67.728	66.727	-	-
Ativos expostos	124.319	111.882	56.591	45.155
Provisão para perdas em investimentos	(67.717)	(66.647)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.718)	(9.317)	(9.718)	(9.317)
Contas a pagar de investimento	(12.392)	-	(12.392)	-
Empréstimos e financiamentos	(42.303)	(77.402)	(42.303)	(77.402)
(-) Operação Swap	-	21.778	-	21.778
Passivos expostos	(132.130)	(131.588)	(64.413)	(64.941)
Exposição líquida	(7.811)	(19.706)	(7.822)	(19.786)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	317	367	317	367	12.659	9.887	12.659	9.887
Conta corrente	-	-	-	-	1.150	364	1.150	364
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.471)	(20.448)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(541)	(282)	(541)	(282)	(2.288)	(2.567)	(2.288)	(2.567)
Contas a pagar de investimento	(3.122)	-	(3.122)	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(12.788)	(23.750)	(12.788)	(23.750)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	-	19.624	-	19.624
	(3.346)	85	(3.346)	85	(1.264)	3.584	(1.267)	3.558

Embora a exposição cambial líquida esteja pequena, a Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente a até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Controladora								
31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016				
* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	
Menos de um ano	146.051	351	112.413	14.033	196.975	782	98.557	9.788
Entre um e dois anos	252.500	-	78.496	21.334	224.882	349	68.990	20.158
Entre dois e cinco anos	102.778	-	-	32.001	146.726	-	-	30.237
Acima de cinco anos	14.836	-	-	8.891	25.134	-	-	18.479
	516.165	351	190.909	76.259	593.717	1.131	167.547	78.662

*A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

Consolidado								
31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016				
* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	
Menos de um ano	146.051	351	114.569	14.126	196.975	782	102.929	9.857
Entre um e dois anos	253.677	-	78.496	21.478	226.071	349	68.990	20.296
Entre dois e cinco anos	102.778	-	-	32.217	146.726	-	-	30.444
Acima de cinco anos	14.836	-	-	8.953	25.134	-	-	18.602
	517.342	351	193.065	76.774	594.906	1.131	171.919	79.199

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de dezembro de 2017 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa da CDI de 6,89% e da Selic de 6,90%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2017	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 98,6% CDI)	78.962	Alta CDI	6,89%	5.364	5,17%	6.705	3,45%	8.046
Empréstimos - Capital de Giro	(1.177)	Alta CDI	6,89%	(81)	8,61%	(101)	10,34%	(122)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(123.232)	Alta CDI	6,89%	(8.491)	8,61%	(10.613)	10,34%	(12.736)
Debêntures	(175.703)	Alta CDI	6,89%	(12.106)	8,61%	(15.132)	10,34%	(18.159)
	<u>(221.150)</u>			<u>(15.314)</u>		<u>(19.141)</u>		<u>(22.971)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	(76.774)	Alta Selic	6,90%	(5.297)	8,63%	(6.622)	10,35%	(7.946)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2017	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	52.785	3,250	(925)	4,063	13.196	4,875	26.393
Conta corrente	3.806	3,250	(67)	4,063	952	4,875	1.903
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.718)	3,250	439	4,063	(6.265)	4,875	(12.531)
Empréstimos e financiamentos	(42.303)	3,250	742	4,063	(10.576)	4,875	(21.152)
Exposição líquida	<u>4.570</u>	<u>3,250</u>	<u>189</u>	<u>4,063</u>	<u>(2.693)</u>	<u>4,875</u>	<u>(5.387)</u>

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 05 de janeiro de 2018.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos	512.384	585.472	513.561	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	76.259	78.662	76.774	79.199
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(78.756)	(100.085)	(94.379)	(105.745)
Créditos com outras pessoas ligadas	(94.651)	(89.423)	(94.651)	(89.423)
Aplicações Financeiras	(6.938)	(6.451)	(6.938)	(6.451)
Dívida líquida	<u>408.298</u>	<u>468.175</u>	<u>394.367</u>	<u>464.241</u>
Total do patrimônio líquido	<u>285.048</u>	<u>238.448</u>	<u>285.060</u>	<u>238.459</u>
Total do capital	<u>693.346</u>	<u>706.623</u>	<u>679.427</u>	<u>702.700</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	59	66	58	66

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	78.756	100.085	94.379	105.745
Contas a receber de clientes	203.703	202.658	218.412	215.379
Créditos com outras pessoas ligadas	94.651	89.423	94.651	89.423
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	6.938	6.451	6.938	6.451
	<u>384.048</u>	<u>398.617</u>	<u>414.380</u>	<u>416.998</u>
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores e Cessão	147.540	120.079	149.696	124.451
Empréstimos, financiamentos e debêntures	512.384	585.472	513.561	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	76.259	78.662	76.774	79.199
Derivativos	-	2.452	-	2.452
	<u>736.183</u>	<u>786.665</u>	<u>740.031</u>	<u>792.763</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Conta corrente	12.801	6.211	15.417	11.172
Aplicações financeiras	65.955	93.874	78.962	94.573
	<u>78.756</u>	<u>100.085</u>	<u>94.379</u>	<u>105.745</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2017 foi equivalente a 98,6% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações com derivativos foram liquidadas em 2017, e a companhia não detém mais instrumentos financeiros vinculados a operações de *Swap*.

Adicionalmente a Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	153.302	158.989	167.560	171.710
Mercado externo	52.785	43.969	52.785	43.969
	<u>206.087</u>	<u>202.958</u>	<u>220.345</u>	<u>215.679</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	-	2.548	451	2.548
	<u>-</u>	<u>2.548</u>	<u>451</u>	<u>2.548</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.384)	(2.848)	(2.384)	(2.848)
	<u>(2.384)</u>	<u>(2.848)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(2.848)</u>
	<u>203.703</u>	<u>202.658</u>	<u>218.412</u>	<u>215.379</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de dezembro de 2017	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	166.563	166.563	-	-	191.258	191.258	-	-
Vencidos até 30 dias	11.149	-	11.149	-	5.733	-	5.733	-
Vencidos de 31 a 90 dias	11.506	-	11.363	143	2.011	-	1.908	103
Vencidos de 91 a 180 dias	6.751	-	6.594	157	1.251	-	824	427
Vencidos de 181 a 360 dias	3.263	-	2.390	873	4.388	-	2.904	1.484
Vencidos há mais de 360 dias	6.855	-	5.644	1.211	865	-	31	834
	206.087	166.563	37.140	2.384	205.506	191.258	11.400	2.848

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2017	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	178.571	178.571	-	-	203.154	203.154	-	-
Vencidos até 30 dias	11.262	-	11.262	-	6.144	-	6.144	-
Vencidos de 31 a 90 dias	11.905	-	11.762	143	2.191	-	2.088	103
Vencidos de 91 a 180 dias	7.629	-	7.472	157	1.298	-	871	427
Vencidos de 181 a 360 dias	4.387	-	3.514	873	4.570	-	3.086	1.484
Vencidos há mais de 360 dias	7.042	-	5.831	1.211	870	-	36	834
	220.796	178.571	39.841	2.384	218.227	203.154	12.225	2.848

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 21. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 79.332 (R\$ 83.642 em 31 de dezembro de 2016).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	144.331	152.789	144.488	153.064
Produtos em processo	6.207	6.279	6.207	6.279
Matérias-primas e materiais de consumo	31.729	31.693	31.729	31.693
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(7.043)	(9.496)	(7.043)	(9.496)
Importações em andamento	3.942	4.340	3.942	4.340
	179.166	185.605	179.323	185.880

Foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016 (R\$ 11.016 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante				
ICMS	5.646	8.060	6.120	8.524
IPI (a)	3.051	1.948	3.399	2.295
IRRF/CSRF	1.612	-	1.635	-
IRPJ/CSLL	4.034	4.330	4.050	5.017
PIS/COFINS	-	-	421	427
INSS	-	2.496	-	2.496
Outros	153	109	297	320
	<u>14.496</u>	<u>16.943</u>	<u>15.922</u>	<u>19.079</u>
Não circulante *				
ICMS	2.728	3.051	2.728	3.051
PIS/COFINS	3.679	3.073	3.679	3.073
	<u>6.407</u>	<u>6.124</u>	<u>6.407</u>	<u>6.124</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

11 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2017, esses créditos que também têm origem no

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

processo 87.00.00967-9, representam R\$ 94.651 (R\$ 89.423 em 31 de dezembro de 2016) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

12 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 25) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cível (a)	78.568	69.043	78.568	69.061
Trabalhista	8.381	8.111	8.381	8.111
Tributária	6.521	4.539	6.552	4.570
	<u>93.470</u>	<u>81.693</u>	<u>93.501</u>	<u>81.742</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

13 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, ocorrido em agosto de 2014 um perito contábil foi contratado pela Companhia, em 2016, para quantificar o crédito, que foi objeto de futura ação de execução de sentença. O laudo pericial apresentou um valor R\$ 32.208.

Em 16 de novembro de 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. O saldo contábil foi novamente revisado e baixado em 2017, sendo que R\$ 11.294 eram atualizações (revertidas contra o resultado financeiro) e R\$ 8.092 reconhecidos em outras despesas operacionais.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imposto de renda	2.823	4.137	2.839	4.716	-	-	(1.284)	(227)
Contribuição social	1.211	193	1.211	301	-	-	(474)	(84)
	4.034	4.330	4.050	5.017	-	-	(1.758)	(311)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prejuízos fiscais	15.288	7.393	15.288	11.741
Diferenças temporárias ativas	21.570	35.295	22.092	35.300
Variações cambiais pelo regime de caixa	2.873	6.207	2.873	6.207
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.841	2.494	1.841	2.494
Provisão para contingências	8.585	8.914	8.585	8.914
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	-	7.969	-	7.969
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	2.116	2.486	2.116	2.486
Outras diferenças temporárias ativas	6.155	7.225	6.677	7.230
Diferenças temporárias passivas	(51.044)	(50.291)	(51.044)	(50.291)
Portobello previdência	(1.957)	(1.485)	(1.957)	(1.485)
Realização da reserva de reavaliação	(18.481)	(19.091)	(18.481)	(19.091)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(10.951)	(4.359)	(10.951)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(2.591)	(2.342)	(2.591)	(2.342)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(7.461)	(6.747)	(7.461)	(6.747)
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	(3.025)	-	(3.025)	-
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(2.552)	-	(2.552)	-
Ajuste a valor presente	(1.405)	(3.187)	(1.405)	(3.187)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(9.213)	(6.488)	(9.213)	(6.488)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(14.186)	(7.603)	(13.664)	(3.250)
Ativo não circulante	-	-	522	-
Passivo não circulante	(14.186)	(7.603)	(14.186)	(3.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(14.186)	(7.603)	(13.664)	(3.250)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2017 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	(7.603)	(3.250)
Prejuízos fiscais	7.895	3.547
Diferenças temporárias ativas	(13.725)	(13.730)
Diferenças temporárias passivas	(1.363)	(1.363)
Reserva de reavaliação	610	610
Em 31 de dezembro de 2017	(14.186)	(14.186)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>
	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>
	<u>de 2017</u>	<u>de 2017</u>
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	7.895	3.547
Variações cambiais pelo regime de caixa	(3.334)	(3.334)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(653)	(653)
Provisão para contingências	(329)	(329)
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	(7.969)	(7.969)
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(370)	(370)
Outras diferenças temporárias ativas	(1.070)	(1.075)
	<u>(5.830)</u>	<u>(10.183)</u>
Portobello previdência	(472)	(472)
Realização da reserva de reavaliação	610	610
Recebíveis da Eletrobrás	6.592	6.592
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(249)	(249)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(714)	(714)
Contingência ativa - Semestralidade do Pis	(3.025)	(3.025)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(2.552)	(2.552)
Ajuste a valor presente	1.782	1.782
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(2.725)	(2.725)
	<u>(753)</u>	<u>(753)</u>
	<u>(6.583)</u>	<u>(10.936)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>
	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>
	<u>de 2017</u>	<u>de 2016</u>	<u>de 2017</u>	<u>de 2016</u>
Resultado antes do imposto	70.719	(10.787)	80.992	(5.887)
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(24.044)	3.668	(27.537)	2.002
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	12.928	7.664	-	-
Despesas não dedutíveis	4.533	1.748	4.533	1.748
Depreciação de ativos reavaliados	(610)	(617)	(610)	(617)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	7.193	(12.463)	13.375	(12.369)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	(10.239)	(9.236)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.583)	12.912	(6.583)	17.265
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(6.583)</u>	<u>12.912</u>	<u>(16.822)</u>	<u>8.029</u>
Aliquota efetiva	9,3%	-	20,8%	-

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

15 Ativo judicial

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 1987.0000.645-9	21.945	19.843	21.945	19.843
Processo nº 1984.00.020114-0	7.621	6.892	7.621	6.892
Semestralidade do PIS (b)	8.896	-	8.896	-
Correção cédulas de crédito rural (c)	7.507	-	7.507	-
	<u>45.969</u>	<u>26.735</u>	<u>45.969</u>	<u>26.735</u>

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 21.945.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o transitado em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.621.

b) Semestralidade do PIS

Em 2017 a Companhia reconheceu o ativo referente a Semestralidade do PIS, baseado no transitado em julgado de maio, pelo qual obteve-se decisão favorável no Superior Tribunal Federal – STF para reaver valores pagos a maior a título de Pis. Em outubro, foi dada entrada no pedido de habilitação do crédito e aguarda-se retorno da Receita Federal. A mesma está em diligência confirmando valores.

c) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O valor atualizado da parcela incontroversa até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.507. O valor reconhecido no resultado na rubrica "outras receitas operacionais" líquido de honorários em 2107 foi de R\$ 6.755.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16 Ativo contingente

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 que também trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". O valor foi apurado em R\$ 162.000, base novembro de 2017.

A Companhia promoveu em dezembro de 2017 comunicado ao mercado noticiando o fato. E aguarda o parecer do escritório contratado.

A Administração mantém o entendimento de que o ativo é provável e desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento do ativo.

17 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Pais de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2016						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	83	66.730	-	(161)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	11.437	10.718	61.652	3.268
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	22.546	22.066	64.165	15.893
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.958	1.713	8.764	547
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	1.654	9.801	(67)	2.994
Em 31 de dezembro de 2017						
Portobello América Inc. e outros	Estados Unidos	100,00%	26	67.743	-	(67)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	14.359	8.425	62.772	5.215
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.380	39.900	63.510	32.528
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.079	1.495	9.336	339
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	99,91%	2.121	(2)	-	8

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e resultado do período é a seguinte:

	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2016	Variações cambiais	Integração de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Varição participação acionária	31 de dezembro de 2017
Investimentos									
Portobello América Inc. e outros	(67.717)	(67)	100%	(66.647)	(1.003)	-	(67)	-	(67.717)
PBTech Ltda.	5.938	5.218	99,94%	719	-	-	5.215	-	5.934
Portobello Shop S.A.	480	32.561	99,90%	480	-	-	32.528	(32.528)	480
Mineração Portobello Ltda.	585	340	99,76%	245	-	-	339	-	584
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	2.125	8	99,91%	(7.868)	-	10.145	8	(162)	2.123
Outros	10	-	100%	10	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				<u>(73.061)</u>	<u>(1.003)</u>	<u>10.145</u>	<u>38.023</u>	<u>(32.528)</u>	<u>(58.586)</u>
Participação em controladas				<u>1.454</u>					<u>9.131</u>
Provisão para perdas em investimentos				<u>(74.515)</u>					<u>(67.717)</u>

Durante o exercício de 2017 a Companhia recebeu o montante de R\$ 15.892 de dividendos propostos pelas suas controladas em 2016.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de junho de 2017, a PBG integralizou capital no montante de R\$ 10.145 na controlada Companhia Brasileira de Cerâmica, valor oriundo do saldo de AFAC existente. O saldo remanescente de R\$ 3.831 foi liquidado através de cessão de créditos tributários diferidos.

18 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	203.531	(42.190)	161.341	167.914	155.343	164.634
Máquinas e equipamentos	15%	534.804	(304.536)	230.268	236.675	230.269	236.676
Móveis e utensílios	10%	9.456	(8.377)	1.079	1.261	1.092	1.277
Computadores	20%	20.686	(16.365)	4.321	3.880	4.325	3.893
Outras imobilizações	20%	209	(194)	15	22	14.084	10.353
Imobilizações em andamento		21.957	-	21.957	3.363	22.420	3.453
		802.784	(371.662)	431.122	425.256	440.595	433.348

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 29.3).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado em 2017.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora							
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017			
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	
Terrenos	12.141	-	-	12.141	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	164.853	-	10.050	167.914	-	412	(6.985)	161.341
Máquinas e equipamentos	224.665	696	34.627	236.675	667	15.988	(23.018)	230.268
Móveis e utensílios	1.418	-	37	1.261	12	-	(194)	1.079
Computadores	4.123	389	597	3.880	300	1.412	(1.271)	4.321
Outras imobilizações	30	-	-	22	-	-	(7)	15
Imobilizações em andamento	29.449	19.225	(45.311)	3.363	36.406	(17.812)	-	21.957
	436.679	20.310	-	425.256	37.385	-	(31.475)	431.122

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2015	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2017
Terrenos	13.062	-	-	-	-	13.062	-	-	-	-	13.062
Edificações e benfeitorias	163.773	-	10.050	(9.189)	-	164.634	-	412	(9.703)	-	155.343
Máquinas e equipamentos	224.665	697	34.627	(23.313)	-	236.676	667	15.988	(23.018)	(44)	230.269
Móveis e utensílios	1.440	-	37	(197)	(3)	1.277	12	-	(197)	-	1.092
Computadores	4.147	396	591	(1.241)	-	3.893	300	1.412	(1.280)	-	4.325
Outras imobilizações	5.494	-	5.038	(8)	(171)	10.353	-	3.952	(7)	(214)	14.084
Imobilizações em andamento	31.613	22.183	(50.343)	-	-	3.453	43.581	(24.614)	-	-	22.420
	444.194	23.276	-	(33.948)	(174)	433.348	44.560	(2.850)	(34.205)	(258)	440.595

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo dos produtos vendidos	28.352	28.603	28.352	28.603
Despesa comercial	2.116	2.115	4.835	4.320
Despesa administrativa	1.007	1.015	1.018	1.025
	31.475	31.733	34.205	33.948

19 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150
Softwares	20%	21.379	(15.354)	6.025	6.598	6.598
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	729
Fundo de comércio	-	-	-	-	9.681	6.831
Softwares em desenvolvimento	-	1.398	-	1.398	653	653
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(16.969)	1.917	5.592	5.592
		42.813	(33.323)	9.490	12.993	20.553

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Movimentação do intangível

	Controladora										
	31 de dezembro de 2015					31 de dezembro de 2016					31 de dezembro de 2017
	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	Adições	Amortizações	Transferência				
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	-	-	-	150	
Softwares	2.032	548	(1.172)	5.190	6.598	329	(1.691)	789	-	6.025	
Direito exploração de jazidas	773	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	
Softwares em desenvolvimento	5.315	528	-	(5.190)	653	1.534	-	(789)	-	1.398	
Sistema de gestão	9.540	-	(3.948)	-	5.592	-	(3.675)	-	-	1.917	
	17.810	1.076	(5.149)	-	(744)	12.993	1.863	(5.366)	-	9.490	

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2015					31 de dezembro de 2016					31 de dezembro de 2017
	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	Adições	Amortizações	Transferência				
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	-	-	-	150	
Softwares	2.032	548	(1.172)	5.190	6.598	329	(1.691)	789	-	6.025	
Direito exploração de jazidas	1.164	745	(436)	-	729	-	(440)	-	-	289	
Fundo de comércio	7.039	-	-	-	6.831	-	-	2.850	-	9.681	
Softwares em desenvolvimento	5.315	528	-	(5.190)	653	1.639	-	(789)	-	1.504	
Sistema de gestão	9.540	-	(3.948)	-	5.592	-	(3.675)	-	-	1.917	
	25.240	1.821	(5.556)	-	(952)	20.553	1.968	(5.806)	2.850	19.566	

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo dos produtos vendidos	797	712	1.237	1.119
Despesa comercial	2.810	2.841	2.810	2.841
Despesa administrativa	1.759	1.596	1.759	1.596
	5.366	5.149	5.806	5.556

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2018	2019	2020	2021	2022 a 2023	Total
Softwares	1.814	1.804	1.594	699	114	6.025
Direito de exploração de jazidas	51	51	51	51	85	289
Sistema de gestão	1.917	-	-	-	-	1.917
	3.782	1.855	1.645	750	199	8.231

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 11.335 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

20 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Mercado interno	99.741	89.220	101.897	93.592
Mercado externo	12.672	9.337	12.672	9.337
Circulante	112.413	98.557	114.569	102.929
Mercado interno (i)	78.496	68.990	78.496	68.990
Não circulante	78.496	68.990	78.496	68.990
	190.909	167.547	193.065	171.919

(i) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 35.127 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 21.522 em 31 de dezembro de 2016), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

c) Contas a pagar de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 19.049 na controladora e R\$ 19.609 no consolidado no passivo circulante, que referem-se a imobilizações em andamento para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Venci-mentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante							
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	351	782	351	782
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	9.798	9.801	9.798	9.801
Lei nº 4.131	R\$	dez-17	9,74% a.a.	-	14.387	-	14.387
NCE (c)	R\$	nov-21	9,13% a.a. ¹	37.954	88.543	37.954	88.543
Pré-pagamento (d)	US\$	mai-18	6,09% a.a.+VC	2.071	4.083	2.071	4.083
PRODEC (e)	R\$	nov-21	4,00% a.a. ¹	20.489	10.897	20.489	10.897
FINEP (f)	R\$	mai/21	8,62% a.a. ¹	17.133	10.161	17.133	10.161
DEG (g)	US\$	out-21	6,64% a.a.+VC	10.460	10.394	10.460	10.394
FINAME (h)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	422	422	422	422
NCE	US\$	nov-17	8,87% a.a.+VC	-	21.779	-	21.779
Debêntures 1ª série (i)	R\$	nov-22	10,44% a.a.	18.708	10.298	18.708	10.298
Debêntures 2ª série (i)	R\$	nov-20	10,04% a.a.	29.016	15.457	29.016	15.457
Total do circulante			8,06% a.a.¹	146.402	197.004	146.402	197.004
Total moeda nacional				133.871	160.748	133.871	160.748
Total moeda estrangeira				12.531	36.256	12.531	36.256
Não circulante							
Capital de Giro	R\$			-	-	1.177	1.189
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	-	349	-	349
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	63.573	73.353	63.573	73.353
NCE (c)	R\$	nov-21	9,13% a.a. ¹	85.278	42.221	85.278	42.221
Pré-pagamento (d)	US\$	mai-18	6,09% a.a.+VC	-	2.037	-	2.037
PRODEC (e)	R\$	nov-21	4,00% a.a. ¹	25.848	34.386	25.848	34.386
FINEP (f)	R\$	mai/21	8,62% a.a. ¹	31.721	20.739	31.721	20.739
DEG (g)	US\$	out-21	6,64% a.a.+VC	29.772	39.109	29.772	39.109
FINAME (h)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.811	2.230	1.811	2.230
Debêntures 1ª série (i)	R\$	nov-22	10,44% a.a.	71.782	89.619	71.782	89.619
Debêntures 2ª série (i)	R\$	nov-20	10,04% a.a.	56.197	84.425	56.197	84.425
Total do não circulante			7,84% a.a.¹	365.982	388.468	367.159	389.657
Total moeda nacional				336.210	347.322	337.387	348.511
Total moeda estrangeira				29.772	41.146	29.772	41.146
Total Geral			7,90% a.a.¹	512.384	585.472	513.561	586.661
Total moeda nacional				470.081	508.070	471.258	509.259
Total moeda estrangeira				42.303	77.402	42.303	77.402

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Arrend. financeiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal	-	Máquinas e equipamentos
		ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(b)	Banco do Nordeste	<i>Contrato celebrado em jun/13, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em ago/14 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em jan/15 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em set/15 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em mar/16 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em dez/16 no valor de R\$ 2.418.</i>						
(c)	Crédito de Exportação (NCE)	fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	Recebíveis no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	Recebíveis no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira (*)
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira (*)
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis no valor de 30% do saldo devedor do contrato (*)
nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis no valor de 30% do saldo devedor do contrato (*)		
<i>(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.</i>								
(d)	Pré-pagamento	jul-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC	-	-	-	120	Bullet	48	-
(e)	<i>O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense é um Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em jul/09. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,80% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média dos valores recolhidos em 2015).</i>							
(f)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco da seguinte forma: 1ª no valor de R\$ 5.000 em jul/10, 2ª de R\$ 5.100 em ago/10, 3ª de R\$ 3.146 em set/10, 4ª de R\$ 5.572 em dez/12 e 5ª de R\$ 11.282 em ago/13.</i>						
		jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>A 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco em jul/14. A 2ª parcela liberada em jan/16 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em jun/17 no valor de R\$ 32.064.</i>						
(g)	DEG (Deut)	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
		<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram repactuadas em dez/17 e foram cumpridas.</i>						
(h)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(i)	Debêntures	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
		dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
<i>Para mais detalhes vide Item (c) Debêntures, a seguir</i>								

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeira vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 39), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados (nota explicativa 9).

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de Janeiro	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	146.402	128.921	146.402	130.110
2019	125.477	91.419	126.654	91.419
2020	124.204	78.367	124.204	78.367
2021 a 2025	116.301	89.761	116.301	89.761
	512.384	388.468	513.561	389.657

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reais	470.081	508.070	471.258	509.259
Dólares dos Estados Unidos	42.303	77.402	42.303	77.402
	<u>512.384</u>	<u>585.472</u>	<u>513.561</u>	<u>586.661</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Portobello S.A, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	91.779	101.551
Debêntures 2ª série	86.503	101.515
Saldo Bruto	<u>178.282</u>	<u>203.066</u>
Custos de captação	<u>(2.579)</u>	<u>(3.267)</u>
Saldo líquido	<u>175.703</u>	<u>199.799</u>
Circulante	47.724	25.755
Não circulante	127.979	174.044

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	Será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015) , 3,00 vezes (03.2016 e 06.2016), 4,50 vezes (09.2016 e 12.2016), 4,25 vezes (03.2017), 4,00 vezes (06.2017), 3,75 vezes (09.2017), 3,50 vezes (12.2017), 3,25 vezes (03.2018 e 06.2018), 3,00 vezes (09.2018 e 12.2018), 2,50 vezes (ano 2019, 2020, e 2021) e 3,00 vezes (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

Este contrato possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas.

d) Movimentação

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures, empréstimos e os financiamentos tiveram sua movimentação conforme quadros abaixo:

Controladora	31 de dezembro de 2016	Alterações caixa			Alteração não Caixa		31 de dezembro de 2017
		Novas Captações	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Despesas com juros	Varição Cambial e outros	
Debêntures	199.799	-	(23.377)	(27.629)	26.910	-	175.703
Empréstimos e financiamento	385.673	117.804	(170.860)	(24.032)	24.667	3.429	336.681
	<u>585.472</u>	<u>117.804</u>	<u>(194.237)</u>	<u>(51.661)</u>	<u>51.577</u>	<u>3.429</u>	<u>512.384</u>

Consolidado	31 de dezembro de 2016	Alterações caixa			Alteração não Caixa		31 de dezembro de 2017
		Novas Captações	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Despesas com juros	Varição Cambial e outros	
Debêntures	199.799	-	(23.377)	(27.629)	26.910	-	175.703
Empréstimos e financiamento	386.862	117.804	(170.883)	(24.032)	24.678	3.429	337.858
	<u>586.661</u>	<u>117.804</u>	<u>(194.260)</u>	<u>(51.661)</u>	<u>51.588</u>	<u>3.429</u>	<u>513.561</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de	31 de	31 de	31 de
			dezembro de 2017	dezembro de 2016	dezembro de 2017	dezembro de 2016
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	82	72.602	78.662	73.097	79.199
LEI 13.496/17 (b)	ago-17	1	3.657	-	3.677	-
Total			76.259	78.662	76.774	79.199

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro de 2017	dezembro de 2016	dezembro de 2017	dezembro de 2016
2018	14.033	9.788	14.126	9.857
2019 a 2023 (*)	53.335	60.474	53.695	60.888
2024	8.891	8.400	8.953	8.454
	76.259	78.662	76.774	79.199
Circulante	14.033	9.788	14.126	9.857
Não circulante	62.226	68.874	62.648	69.342

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.667 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 10.079 em 31 de dezembro de 2016 para a Controladora e R\$ 10.739 e R\$ 10.148 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 23).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

b) Lei 13.496/17 (PERT - Programa de Regularização Tributária)

Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/17. Em novembro de 2017 os cálculos dos débitos foram finalizados e foram parcelados através do Programa Especial de

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Regularização Tributária (PERT) débitos federais no valor de R\$ 3.865 já considerando as benesses previstas na lei. O impacto no resultado em outras despesas operacionais foi no valor de R\$ 3.193 e em despesas financeiras R\$ 672. A consolidação e conclusão deste parcelamento está sob revisão e pode sofrer alterações.

23 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 15 e nº 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 28 milhões em 31 de dezembro de 2017, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 16.

24 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2017 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
IRRF	2.420	2.236	2.721	2.567
ICMS	6.304	9.910	6.325	9.933
PIS/COFINS	5.404	1.760	5.801	2.176
Outros	302	233	426	344
	<u>14.430</u>	<u>14.139</u>	<u>15.273</u>	<u>15.020</u>

25 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cíveis	8.733	9.962	8.733	9.987
Trabalhistas	14.959	14.494	14.959	14.660
Tributárias	4.491	26.548	4.522	26.548
	<u>28.183</u>	<u>51.004</u>	<u>28.214</u>	<u>51.195</u>

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>9.962</u>	<u>14.494</u>	<u>26.548</u>	<u>51.004</u>
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	994	1.852	(21.455)	(18.609)
Provisões adicionais	4.872	2.471	3.365	10.708
Reversões por não utilização	(2.037)	(1.269)	(22.163)	(25.469)
Atualização monetária	1.099	2.408	724	4.231
Reversão de atualização monetária	(2.940)	(1.758)	(3.381)	(8.079)
Reversões por realização	(2.223)	(1.387)	(602)	(4.212)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>8.733</u>	<u>14.959</u>	<u>4.491</u>	<u>28.183</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2016	9.987	14.660	26.548	51.195
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	969	1.686	(21.424)	(18.769)
Provisões adicionais	4.872	2.471	3.396	10.739
Reversões por não utilização	(2.062)	(1.435)	(22.163)	(25.660)
Atualização monetária	1.099	2.408	724	4.231
Reversão de atualização monetária	(2.940)	(1.758)	(3.381)	(8.079)
Reversões por realização	(2.223)	(1.387)	(602)	(4.212)
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	4.522	28.214

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 388 ações cíveis (228 ações em 31 de dezembro de 2016), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 324 reclamações trabalhistas (319 reclamações em 31 de dezembro de 2016), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.500.

Tributárias

a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Baseada em decisão favorável proferida pelo STF em 15 de março de 2017, em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

provisionado, que na ocasião representava R\$ 25.544, dessa forma a Companhia entende que a chance de perda é remota. O efeito do expurgo do ICMS no resultado da Companhia foi uma economia de R\$ 9.461 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

26 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a) Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Cíveis	3.764	2.232	3.773	2.308
Trabalhistas	7.278	6.778	7.366	6.788
	11.042	9.010	11.139	9.096

b) Ação remota referente o Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

27 Benefícios a empregados

27.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 29 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2016	60.290	50.355	Em 31 de dezembro de 2016	55.921	40.679
Benefícios pagos no ano	(1.463)	(2.549)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.141	1.076
Contribuições participante vertidas no ano	1.199	1.129	Juros sobre obrigação atuarial	5.392	4.381
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	649	924	Benefícios pagos no ano	(1.463)	(2.549)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	5.813	5.423	Obrigações - (ganho) ou perda	851	12.334
Ativos - ganho ou (perda)	1.112	5.008			
Em 31 de dezembro de 2017	67.600	60.290	Em 31 de dezembro de 2017	61.842	55.921

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor justo dos ativos do plano	67.600	60.290	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(851)	(12.334)
Valor presente das obrigações financiadas	(61.842)	(55.921)	Ganho (perda) nos ativos do plano	1.112	5.008
Ativo (passivo) atuarial líquido	5.758	4.369	Ganho (perda) atuarial	261	(7.326)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.140)	(1.076)
Juros sobre as obrigações atuariais	(5.392)	(4.381)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	5.813	5.423
Contribuições de participantes no ano	1.199	1.129
Ganho (perda) atuarial	480	1.095

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2017 uma receita de R\$ 649 (R\$ 924 em 31 de dezembro de 2016), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 32).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Taxa anual de juros	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)	10,77% a.a. nominal (inflação+ 6,00%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)	10,77% a.a. nominal (inflação+ 6,00%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	21%	21%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

27.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Remuneração	137.906	138.611	152.345	152.552
Benefícios				
Plano de previdência	907	1.029	922	1.030
FGTS	11.483	12.900	12.969	14.432
Outros	19.003	20.114	20.363	21.261
Total	169.299	172.654	186.599	189.275

28 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 2 planos vigentes. O valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 1.935 na controladora e no consolidado (R\$ 7.312 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital social

Após as deliberações da AGO, em 28 de abril de 2017 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 10.435, realizado inteiramente mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da Companhia, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. Assim, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 130.000 (R\$ 119.565 em 31 de dezembro de 2016), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2017 havia 72.982.224 ações em circulação, o equivalente a 46,05% do total de ações emitidas (72.849.374 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 45,97% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

29.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 18.426 (R\$ 15.219 em 31 de dezembro de 2016) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 95.400 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2017, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária. Em dezembro de 2017, o saldo desta reserva soma o montante de R\$ 30.162 (R\$ 2.713 em 31 de dezembro de 2016).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2016	37.060	(28.520)	(10.786)	(2.246)
Realização da reserva de reavaliação	(1.184)	-	-	(1.184)
Ganho (perda) atuarial	-	-	261	261
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	(1.003)	-	(1.003)
Em 31 de dezembro de 2017	35.876	(29.523)	(10.525)	(4.172)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Durante o exercício de 2017, o montante foi de R\$ 1.003 (vide nota explicativa 17.a).

c) Outros resultados abrangentes

Estão contemplados nesta rubrica os ganhos e perdas patrimoniais do plano de previdência privada. Durante o exercício de 2017, a avaliação atuarial apurou um ganho de R\$ 261 (vide nota explicativa 27.1).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado para exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita bruta de vendas	1.172.405	1.195.182	1.277.945	1.301.050
Deduções da receita bruta	(242.587)	(269.106)	(254.008)	(284.650)
Impostos sobre vendas	(216.792)	(236.908)	(226.509)	(250.264)
Devoluções	(25.795)	(32.198)	(27.499)	(34.386)
Receita líquida de vendas	929.818	926.076	1.023.937	1.016.400
Mercado interno	746.880	798.220	840.999	864.858
Mercado externo	182.938	127.856	182.938	151.542

31 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(603.886)	(649.256)	(606.917)	(653.198)
Com Vendas	(204.156)	(202.719)	(246.510)	(250.744)
Gerais e Administrativas	(35.251)	(29.839)	(35.877)	(37.155)
	<u>(843.293)</u>	<u>(881.814)</u>	<u>(889.304)</u>	<u>(941.097)</u>
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	326.320	348.674	316.962	341.377
Salários, encargos e benefícios a empregados	207.862	212.131	229.333	232.685
Mão de obra e serviços de terceiros	63.712	69.694	65.167	72.397
Custo das mercadorias revendidas	48.461	74.350	59.624	84.253
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	44.473	42.524	44.473	42.523
Amortização e depreciação	36.841	36.882	40.011	39.504
Outras despesas comerciais	29.447	29.173	37.539	38.791
Comissões sobre vendas	27.122	26.736	29.603	28.430
Despesas com marketing e publicidade	24.471	13.787	28.070	23.389
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	16.368	10.606	16.368	10.611
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	11.153	11.212	14.741	14.493
Outras despesas administrativas	5.463	4.282	5.751	6.120
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	1.600	6.243	1.662	6.524
Reembolso de contrato com controlada	-	(4.480)	-	-
Total	<u>843.293</u>	<u>881.814</u>	<u>889.304</u>	<u>941.097</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

32 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	647	2.210	647	510
Ativo judicial Crédito-prêmio do IPI (nota 15 a)	-	673	-	673
Ativo judicial Semestralidade Pis (a)	8.735	-	8.735	-
Ativo judicial Correção cédulas de crédito rural (nota 15 c)	7.507	-	7.507	-
Reversão provisão para contingência (b)	20.247	-	20.247	-
Créditos tributários extemporâneos	1.146	14.135	1.146	14.135
Atualização atuarial (nota 27.1)	1.128	2.019	1.128	2.019
Outras receitas	1.587	43	2.546	53
Total	40.997	19.080	41.956	17.390
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(2.131)	(412)	(1.991)	(485)
Provisão para incentivo de longo prazo	5.377	1.396	5.377	2.023
Provisão para participação no resultado (c)	(10.191)	1.176	(10.500)	1.599
Adesão ao parcelamento da Lei 13.496 (PERT)	(3.193)	-	(3.193)	-
Revisão do saldo do empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 13)	(8.092)	(6.851)	(8.092)	(6.851)
Custo de ociosidade (d)	(8.579)	(11.070)	(8.579)	(11.070)
Outras despesas	(206)	(740)	(605)	(2.101)
Total	(27.015)	(16.501)	(27.583)	(16.885)
Total líquido	13.982	2.579	14.373	505

(a) Ativo judicial líquido de honorários (nota 15 b).

(b) Reversão da provisão para contingências referente o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins, líquida de honorários.

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(d) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

33 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas financeiras				
Juros	8.116	19.068	8.807	19.719
Atualização de ativos	8.532	10.802	8.532	10.802
Reversão atualização de contingência (a)	6.320	-	6.320	-
Outros	1.217	465	1.233	572
Total	24.185	30.335	24.892	31.093
Despesas financeiras				
Juros	(30.375)	(38.221)	(30.423)	(38.515)
Encargos financeiros com tributos	(4.903)	(6.992)	(4.546)	(7.040)
Atualização de provisões para contingências	(2.310)	(1.445)	(2.320)	(1.450)
Comissões e taxas de serviços	(5.306)	(5.050)	(6.073)	(6.180)
Despesas bancárias	(587)	(579)	(588)	(585)
Revisão do saldo do empréstimo compulsório Eletrobrás	(11.294)	(9.562)	(11.294)	(9.562)
Reversão de ganho financeiro com Impostos	(4.730)	-	(4.730)	-
Adesão ao parcelamento da Lei 13.496 (PERT)	(672)	-	(1.074)	-
Resultado de operação de Swap	(2.697)	(15.641)	(2.699)	(15.641)
Juros sobre debêntures	(26.909)	(34.391)	(26.909)	(34.391)
Outros	(2.193)	(2.930)	(2.240)	(3.504)
Total	(91.976)	(114.811)	(92.896)	(116.868)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(439)	(17.056)	(429)	(17.283)
Empréstimos e financiamentos	419	21.363	419	21.363
Total	(20)	4.307	(10)	4.080
Total líquido	(67.811)	(80.169)	(68.014)	(81.695)

(a) Reversão das atualizações de provisão para contingências referente a processos de natureza cível e tributário.

34 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	64.136	2.125
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489
Lucro (prejuízo) básico por ação básico por ação	0,40467	0,01341

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

35 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos do exercício de 2017, que representam 25% do lucro da Companhia, somam R\$ 15.232. Destes R\$ 9.614 (líquido de impostos) foram pagos antecipadamente sob a forma de juros sobre capital próprio em 18 de agosto de 2017. O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 5.618, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

Adicionalmente, a Administração irá propor a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 15.232, que serão deliberados na Assembleia Geral Ordinária.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro líquido do exercício	64.136	2.125
Constituição da reserva legal (5%)	(3.207)	(106)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	60.929	2.019
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	9.614	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.618	505
Dividendos adicionais propostos	15.232	-
Total dos dividendos anuais	30.464	505

36 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	840.999	182.938	1.023.937	864.858	151.542	1.016.400
Custo dos produtos vendidos	(492.335)	(114.582)	(606.917)	(583.925)	(69.273)	(653.198)
Lucro operacional bruto	348.664	68.356	417.020	280.933	82.269	363.202
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(231.810)	(36.204)	(268.014)	(260.157)	(27.237)	(287.394)
Vendas, gerais e administrativas	(246.183)	(36.204)	(282.387)	(260.674)	(27.225)	(287.899)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.373	-	14.373	517	(12)	505
Resultado operacional antes do resultado financeiro	116.854	32.152	149.006	20.776	55.032	75.808
% sobre a ROL	14%	18%	15%	2%	36%	7%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. E exporta para 78 países, com mais destaque para os países Argentina e Paraguai.

37 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2017, somam o montante de R\$ 16.012, correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se à aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são de R\$ 965 e R\$ 820 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 1.058 e R\$ 274 respectivamente.

38 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de Dezembro de 2017 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 95.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 3.000, lucros cessantes no valor de R\$ 35.000 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 3.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2017 até 13 de junho de 2018.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a XL Seguradora S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10.000, com vigência de 27 de agosto de 2017 até 27 de agosto de 2018.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 28.000, vigente de 18 de agosto de 2016 até 18 de agosto de 2020.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

39 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Empresa	Acumulado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	32.529	15.893
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	127	95
Contas a receber	Portobello América, Inc.	67.728	66.727
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	6	2.228
Adiantamento de clientes	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	(2.777)	-
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	449	558
Ativos líquidos dos passivos com Controladas		<u>98.062</u>	<u>85.501</u>
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	<u>94.651</u>	<u>89.423</u>
Contas a receber líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(238)	442
Contas a receber líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(456)	(157)
Contas a pagar	Gomes Part. Societárias Ltda.	-	34
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda	1.054	1.007
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		<u>360</u>	<u>1.326</u>

Natureza	Empresa	Acumulado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	-	7.623
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	22.984	24.698
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	10.282	9.289
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	24.094	19.475
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	-	(5.925)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(9.359)	(7.296)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(432)	(546)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda	(5.407)	(1.424)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(3.913)	-
		<u>38.249</u>	<u>45.894</u>

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 21).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Natureza	Acumulado	
					31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	380	1.099	Royalties	4.566	6.173
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	286	253	Royalties	2.020	2.341
		<u>666</u>	<u>1.352</u>		<u>6.586</u>	<u>8.514</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Remuneração fixa				
Salários	12.122	13.557	13.811	14.969
Honorários	5.522	4.816	5.522	4.816
Remuneração variável	5.092	3.909	5.449	4.313
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo			-	
Plano de previdência	739	895	749	895
Outros	1.916	2.910	2.107	3.110
	<u>25.391</u>	<u>26.087</u>	<u>27.638</u>	<u>28.103</u>

40 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício de 2017 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
Aumento de capital (a)	(10.435)	(10.435)
Liquidação de AFAC controlada CBC (b)	13.976	-
Aumento de capital (b)	10.145	-
Cessão de créditos tributários diferidos (b)	3.831	-
Aquisição de imobilizado (c)	19.049	19.049

- a) Aumento de capital na atividade de financiamento, para mais detalhes vide nota explicativa 29.1;
b) Liquidação de AFAC na atividade de investimento, para mais detalhes vide nota explicativa 17b);
c) Aquisição de imobilizado na atividade de investimento.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE LUCROS PARA EXPANSÃO

Será proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária que parte do lucro líquido do exercício de 2017 seja retido para expansão das atividades, conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76.

Abaixo está demonstrado o plano de investimentos para 2018 e 2019.

Plano de investimentos	
Fontes	185.643
Retenção de lucros	114.938
Fluxos operacionais líquido de desembolsos previsto nas operações	70.705
Aplicações	185.643
Investimentos 2018	83.680
Investimentos 2019	101.963

A Companhia pretende investir cerca de R\$ 84 milhões ao longo de 2018 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão.

Do montante previsto para investimento em 2018, cerca de 34% destina-se ao projeto de ampliação e modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), no qual cerca de R\$ 14,4 milhões serão reservados para aquisição de máquinas e equipamentos novos, R\$ 7,2 para melhorias do parque fabril e R\$ 1,8 para atualizações fabris de segurança. Adicionalmente 24% será destinado a expansão da Portobello Shop, 13% para novos negócios, 11% para iniciativas comerciais e logística e 18% em outras iniciativas.

Em 2019, os investimentos serão destinados aos novos negócios e expansão da Companhia.

As fontes dos fluxos de desembolsos financeiros para os investimentos serão a retenção de lucros do exercício de 2017 proposta e a geração de caixa das operações.

O orçamento de capital apresentado foi aprovado pelo Conselho Fiscal, em 20 de fevereiro de 2018, e pelo Conselho de Administração, na reunião realizada em 22 de fevereiro de 2018.

Tijucas, 23 de fevereiro de 2018.
